

# RADAR

**favela**

COVID-19

edição 17

Junho 2022



**PAREM DE NOS  
MATAR!**

## **ACOMPANHE:**

Conferência Livre, Democrática e Popular  
de Saúde da Grande Leopoldina  
Violência policial, direitos humanos  
e direito à memória  
Tarifa social e privatização  
do saneamento.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz

Acervo Pessoal Sílvia de Mendonça

# SUMÁRIO

- 3 APRESENTAÇÃO**
- 4 MEGAFONE**
- 7 O QUE TÁ PEGANDO NAS FAVELAS E PERIFERIAS?**
- 8** A IMPORTÂNCIA DE LEIS COMO ALDIR BLANC 2 E PAULO GUSTAVO PARA ARTISTAS PERIFÉRICOS **Ana Cristina e Carolina Vaz**
- 14** MULHERES DO LER: PORQUE AS NOSSAS ESCRIVIVÊNCIAS IMPORTAM! **Veronica Cunha**
- 19 ESPECIAL: VIOLÊNCIA POLICIAL, DIREITOS HUMANOS E DIREITO À MEMÓRIA**
- 20** ATO POR MEMÓRIA E JUSTIÇA EM PARACAMBI: 1 ANO DA CHACINA DO JACAREZINHO **Diogo Pimentel**
- 27** ÀS MÃES FOI NEGADO ATÉ O DIREITO À MEMÓRIA **Heitor Silva e Djefferson Amadeus**
- 33** A MORTE OFERECE CARONA **Samuel Lourenço Filho**
- 38 MEMÓRIAS DOS TERRITÓRIOS/TERRITÓRIOS DE MEMÓRIAS**
- 38** ENTREVISTA COM SÍLVIA DE MENDONÇA **Por Fábio Araújo**
- 44 DEBATES**
- 45** UM VOTO NA TERRA DO MEDO E DA DESINFORMAÇÃO **Silvia Baptista**
- 50** TARIFA SOCIAL X SANEAMENTO INADEQUADO: COMO GARANTIR DIREITOS SEM OS MÍNIMOS DIREITOS GARANTIDOS? **Fábio Monteiro**
- 54 MOBILIZAÇÕES**
- 55** CONFERÊNCIA LIVRE, DEMOCRÁTICA E POPULAR DE SAÚDE **Renata Dufra**
- 56 EXPEDIENTE**

# APRESENTAÇÃO

Radar COVID-19 Favela é um informativo produzido no âmbito da Sala de Situação Covid-19 nas Favelas do Rio de Janeiro, vinculada ao Observatório COVID-19 da Fiocruz. Estruturado com base no monitoramento ativo (vigilância de rumores) de fontes não oficiais – mídias, redes sociais e contato direto com moradores, coletivos, movimentos sociais, instituições e articuladores locais – busca sistematizar, analisar e disseminar informações sobre a situação de saúde nos territórios selecionados, visando promover a visibilidade das diversas situações de vulnerabilidade e antecipar as iniciativas de enfrentamento da pandemia.

Os relatos são coletados por meio da constituição de uma rede de interlocutores, valorizando a produção compartilhada de conhecimento, o acesso e a participação ativa de moradores de favelas e de seus movimentos sociais. As opiniões refletidas nos textos assinados, no entanto, não necessariamente refletem a opinião da Fiocruz.

Imagem: Coletivo Manguinhos Cria



**MEMEFO**

**GAGANE**

O conteúdo aqui publicado é composto de relatos de moradores, notas de movimentos sociais e coletivos, denúncias e reportagens sobre o contexto enfrentado por territórios de favela e periferia durante a pandemia.

## **MOVIMENTO POPULAR DE FAVELAS E MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO DAS FAVELAS PROVOCAM AUDIÊNCIA PÚBLICA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVO DO RIO (ALERJ)**

Recentes operações policiais com elevada letalidade e o anúncio do Programa Cidade Integrada em algumas favelas do Rio de Janeiro mobilizaram diversas lideranças sociais ligadas aos coletivos MPF (Movimento Popular de Favelas) e MNU-Favelas (Movimento Negro Unificado das Favelas) a buscarem apoio na Alerj. Desta articulação, dentro de uma agenda de mobilização e luta social, ocorreu uma Audiência Pública (dia 13 de junho) organizada pelas comissões de Trabalho e de Direitos Humanos da ALERJ. Dentro do rol das falas dos ativistas sociais, podemos pontuar: I. As denúncias de violações por parte da força policial, II. O racismo praticado pelo Estado brasileiro quando de suas políticas e ações junto à moradores de favelas e periferias, III. A apatia seletiva de alguns setores do Ministério Público em apurar casos violências praticados por policiais; IV. A ausência de diálogo cidadão do Poder Executivo Estadual com a população, especialmente, no âmbito do Cidade Integrada; V. Ausência de uma ação planejada e articulada das diversas políticas públicas necessárias ao morador de favelas, dentre outras questões. Apontou-se para, também, a criação de um Observatório que acompanhe as Políticas Públicas nas favelas fluminense. (Movimento Popular de Favelas / Movimento Negro Unificado – Favelas)

## **O COLETIVO MANGUINHOS CRIA REALIZARÁ O 2º FESTIVAL DE GRAFFITI EM MANGUINHOS:**

Manguinhos Cria é um coletivo formado por educadores, produtores culturais, músicos, grafiteiros e trabalhadores de Manguinhos. O coletivo atua em diversas frentes no território, realizando projetos envolvendo cinema, artes visuais, educação e outros. Nossos objetivos são revitalizar o território e a autoestima dos moradores através da arte visual; ajudar os moradores em situação de vulnerabilidade alimentar; divertir as crianças e garantir acesso à cultura. Realizar oficinas de graffiti stencil com crianças da comunidade; transformar a favela de Manguinhos em uma galeria de arte a céu aberto; conscientizar as crianças da importância de preservar o meio-ambiente. No dia 03/07 estaremos realizando o 2º festival de graffiti em Manguinhos, quando serão grafitadas casas, muros e outros espaços do território. O evento será realizado no Campo do Society – Manguinhos, Avenida dos Democráticos, 32 – Manguinhos. (Coletivo Manguinhos Cria)

## FÓRUM DE PRÉ-VESTIBULARES POPULARES DO RIO DE JANEIRO

O Fórum de Pré-Vestibulares Populares do Rio de Janeiro (FPVP-RJ) realizará, entre os dias 18-22/7, o seu VI Seminário de Educação Popular e I Encontro Regional de Pré-Vestibulares Populares do Sudeste, na UERJ, Campus Maracanã. A proposta destes dois eventos, produzidos em parceria com a Coordenação de Cooperação Social da Presidência da Fiocruz e o SINTUPERJ (Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas do Estado do Rio de Janeiro), é de articular pré-vestibulares populares, comunitários e sociais em torno de uma agenda comum de atuação, reflexão sobre a conjuntura e troca de experiências.

A programação conta com mesas temáticas, oficinas, simpósios temáticos e sarau cultural. O fio condutor do Seminário é a reflexão sobre os dez anos da Lei de Cotas (Lei 12.711, de 2012), que institui a obrigatoriedade da reserva de 50% das vagas em instituições públicas de ensino superior para estudantes de escolas públicas e autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência. Para além do debate sobre a importância dessa lei para a educação popular, debateremos nossas perspectivas para uma educação antirracista, anti-LGBTQIA+fóbica, antissexista e a defesa de uma universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

Para acompanhar este e outros eventos do Fórum de Pré-Vestibulares Populares do Rio de Janeiro, recomendamos nos seguir nas redes sociais: <https://linktr.ee/FPVPRJ>.

# O QUE TÁ PEGANDO NAS FAVELAS E PERIFERIAS?



Imagem: Acervo Redes da Maré

Este espaço tem por objetivo repercutir como as favelas e seus moradores, principalmente através da dimensão coletiva e organizativa dos movimentos sociais, estão enfrentando e lidando com a pandemia Covid-19, bem como vocalizando no espaço público suas demandas e reivindicações face ao papel do Estado. Através da compilação de notícias, de relatos de moradores, do acompanhamento e interlocução com os serviços da Estratégia de Saúde da Família e da rede de ensino público (municipal e estadual) e análises de especialistas e pesquisadores buscamos aqui fazer ecoar *O que tá pegando nas favelas e periferias?*

Essa iniciativa vincula-se ao Observatório Covid-19 Fiocruz e pretende somar-se às lutas das favelas, de seus moradores, movimentos sociais e organizações coletivas.

# A IMPORTÂNCIA DE LEIS COMO ALDIR BLANC 2 E PAULO GUSTAVO PARA ARTISTAS PERIFÉRICOS

Por **Ana Cristina e Carolina Vaz**, publicado originalmente no Jornal O Cidadão



Apresentação "O amor foi uma coisa negada pra gente", de Bárbara Assis e Camila Moura, no Festival Entre Lugares Virtuais.  
Foto: Thiago dos Santos (@olhamafotografia)

No dia 24 de fevereiro dois projetos de lei foram aprovados na Câmara dos Deputados em Brasília. O setor cultural vibrou pela primeira vitória das leis Aldir Blanc 2 e Paulo Gustavo que, além de carregarem o nome de dois grandes artistas nacionais, têm como objetivo fomentar projetos culturais. A corrida para as leis serem sancionadas seguiu, ambas foram aprovadas também pelo Senado, mas no início deste mês, a comemoração cessou e se transformou em frustração: a lei Paulo Gustavo, que pretendia fazer um repasse de R\$ 3,8 bilhões para a cultura, foi vetada pelo presidente da república, tornando o destino da



lei Aldir Blanc 2, que ainda será avaliada, incerto. A frustração não é à toa, leis como estas podem fazer a diferença na vida, principalmente, de grupos pequenos e artistas independentes, como os que se encontram facilmente pela Maré.

A lei Aldir Blanc não é nenhuma novidade. Em 2020 foi quando a cultura se mostrou ainda mais necessária para as pessoas que, limitadas aos cômodos de suas próprias casas, consumiram arte como nunca. Porém, também foi o ano em que o setor cultural foi extremamente prejudicado, com artistas e profissionais da área impossibilitados de seguir com seus trabalhos e projetos. Por conta disso, ainda em 2020, a lei Aldir Blanc atuou com o repasse de R\$ 3 bilhões para estados, municípios e o Distrito Federal, atendendo os trabalhadores culturais de 3 formas: com 3 parcelas de R\$ 600 para pessoas físicas; com subsídio mensal entre 3 e 10 mil reais para a manutenção de espaços artísticos e culturais; e através de prêmios e editais.

### **A atuação da primeira Lei Aldir Blanc para grupos e artistas da Maré**

No Conjunto de Favelas da Maré muitos artistas conseguiram ser contemplados pela lei. Vanessa Greff, coordenadora geral do grupo Entre Lugares e produtora cultural do Museu da Maré, informa que os editais viabilizados pela lei Aldir Blanc ajudaram bastante. “Ganhamos a categoria de festival do Entre Lugares e ganhamos o Ponto de Cultura no Museu da Maré e executamos aqui (no Museu) o festival de cenas curtas e também as oficinas online de hip hop e teatro. Então foi fundamental essa lei Aldir Blanc, principalmente para esses projetos dentro da favela”. O edital Fomenta Festival possibilitou a realização do 1º Festival Entre Lugares Virtuais [[hiperlink: https://jornalocidadao.net/o-oscar-mareense-i-festival-entre-lugares-virtuais-na-mare/](https://jornalocidadao.net/o-oscar-mareense-i-festival-entre-lugares-virtuais-na-mare/)], que ofereceu prêmios em dinheiro para diferentes categorias e também uma bolsa de mil reais para 10 grupos selecionados.

Equipe do I Festival Entre Lugares Virtuais; Vanessa Greff sentada de camiseta clara. Foto: Thiago dos Santos (@olharnafotografia).



Para o casal de artistas Fernando Leão e Izabel Camargo, moradores do Parque União, a lei também foi fundamental. “Saímos de um grupo de teatro no começo da pandemia, mas continuamos com um projeto dele, que é a produção de um festival de formas animadas de teatro. Nos inscrevemos na primeira Aldir Blanc que teve e passamos com esse projeto. Conseguimos fazer o projeto todo acontecer, foi o que nos segurou na pandemia”, explica Izabel, de 31 anos. A 3ª edição do festival Anima Praça aconteceu em 2021 e com o auxílio da Aldir Blanc eles conseguiram pagar um cachê para os artistas e para a equipe de produção.



Izabel Camargo e Fernando Leão na 3ª edição do Festival Anima Praça, na Escola de Dança Marcelo Estrella. Foto: Vanessa Machado.

“Foi fundamental não só para mim, mas acho que para todo mundo que participou do nosso projeto. Poder ter aquele dinheirinho para você conseguir se manter e continuar produzindo arte foi muito bom, sabe?”, concluiu o ator e músico Fernando Leão.

## **O que preveem as leis Aldir Blanc 2 e Paulo Gustavo?**

Diferente do que foi visto em 2020 e 2021, a nova lei chamada de Aldir Blanc 2, da deputada federal Jandira Feghali, do PCdoB, prevê uma política de fomento à cultura de modo permanente com repasses de R\$ 3 bilhões para a classe artística durante 5 anos. Começando em 2023, caso seja sancionada, a lei irá beneficiar pessoas físicas e jurídicas que atuam na produção, difusão, promoção e preservação e aquisição de bens, produtos ou serviços artísticos e culturais, incluindo patrimônio cultural material ou imaterial. A nova lei permite ainda o financiamento de diversas ações e atividades como feiras, espetáculos, festivais, cursos, festas populares e muito mais.

Seguindo com uma proposta parecida, o projeto de lei Paulo Gustavo, que homenageia o humorista falecido no ano passado em decorrência da Covid-19, propõe que R\$ 3,8 bilhões sejam repassados para estados e municípios a fim de lidar com os efeitos negativos da pandemia sobre o setor cultural. Porém, diferente da lei Aldir Blanc 2, este projeto de lei visa oferecer R\$ 2,79 bilhões, maior parte do seu valor, para produções do audiovisual, como salas de cinema, mostras e festivais. O valor de R\$ 1,06 bilhão restante será dedicado a projetos e iniciativas de outras áreas, através de editais e seleções públicas. Para Fernando Leão, a lei é mais do que necessária, por não haver, desde antes da pandemia, apoio governamental ao setor, e até por ser uma fonte de impostos: “Eu acho justo uma lei para o audiovisual. O cinema brasileiro, o que você investe nele, você retorna, sei lá, cinco vezes mais. O retorno do cinema é muito grande, mas o cinema nacional não tem incentivo nenhum”. Apesar de não ter sido aprovada pelo atual presidente da república, seu

veto ainda pode ser derrubado pelo Congresso.

“Como é que a gente vai viver da nossa profissão se não forem esses eventos acontecendo, se não forem essas leis acontecendo para movimentar o mercado? Não tem como. Não vive”

Para Fernando e Izabel o problema de aceitação, pela população em geral, destas leis de auxílio está na dimensão do setor cultural, pois muitas pessoas não entendem a quantidade de empregos que ele gera. “A Netflix que você tá vendo tem atores, diretores e roteiristas. Um espetáculo de teatro tem a parte técnica, a galera que fica na luz, a galera que fica no som, o contrarregista. Alguém desenhou a roupa que você veste, alguém fez o filme e a série que você vê, o livro que você lê, a música que você escuta”, diz Fernando. Enquanto isso, Izabel ainda ressalta a importância de eventos culturais, já que eles também já tiraram renda de eventos como Rock In Rio, Olimpíadas e até do Carnaval. “O Carnaval também é uma arte. E a gente vê pessoas falando que podem viver sem ele. Mas ela já perguntou pra pessoa que trabalha no barracão se ela pode viver sem Carnaval? É um ano de emprego!”, declara a atriz e cantora.

### **As dificuldades de grupos pequenos e artistas independentes na favela**

Apesar de editais e leis de auxílio terem ajudado bastante durante a pandemia, algumas ressalvas foram feitas. Para Vanessa Greff as exigências no CNPJ e a burocracia para participar de editais dificultou o processo para muitos artistas. “Fizemos toda a prestação de contas em relatório, em forma de extrato bancário, recibo, nota fiscal, e muitos dos artistas não têm nota fiscal. Então a dificuldade maior foi essas burocracias para uma lei de emergência”. Quem concorda com isso é Izabel Camargo, que encontrou dificuldade em editais como o Retomada Cultural: “Eu paro pra pensar que emergencial é esse, porque existem companhias como as nossas que a gente fazia parte, que são companhias pequenas, com pouco tempo de trabalho. Existem artistas independentes,

como eu e Fernando, que trabalham por conta própria. Esses editais, as seleções chegam dificilmente nas companhias pequenas e pior ainda em mim e no Fernando que somos individuais”.

Enquanto o Entre Lugares, com a adaptação do modelo virtual, se viu com uma queda considerável de alunos por conta da internet instável da favela, Fernando e Izabel perderam bolsas de estudo e diversos trabalhos, como o comercial que Fernando estava para gravar. Para Izabel, que vive da arte e de eventos desde os 19 anos, o jeito foi buscar alternativas e, durante os dois anos de pandemia, ela e Fernando chegaram a trabalhar vendendo contação de histórias para escolas, trabalharam com vídeos motivacionais no aplicativo Kwai e até venderam caixas de festa junina com comidas típicas. Porém, assim como o Entre Lugares seguiu em frente e conseguiu apresentar 10 cenas durante o festival no formato virtual, Izabel e Fernando se mantiveram na arte e lançaram uma música chamada “Livre pra Voar”, no canal do Youtube do Compostella, um duo de música pop composto por eles.

De forma geral, apesar do futuro das leis de auxílio Aldir Blanc 2 e Paulo Gustavo ainda ser incerto, a espera por mais incentivo no setor cultural é grande. De acordo com Vanessa Greff, independente das dificuldades anteriores, os artistas terão mais facilidade com os editais depois de terem visto como funcionou a Aldir Blanc em 2020 e o edital da Retomada Cultural. “acho que deu tempo dos grupos se prepararem e entenderem um pouco melhor o que o edital exige. E aí eles vão vir um pouco mais afinados para isso”.

# MULHERES DO LER: PORQUE AS NOSSAS ESCRIVIVÊNCIAS IMPORTAM!

**Veronica Cunha.** É professora na educação básica de Queimados e Nova Iguaçu há 25 anos. Especialista em Educação de Jovens e Adultos, membra fundadora do Coletivo Semeando Sorrisos e Mulheres do Ler, escritora e doutoranda em Educação PPGEDUC/UFRRJ.

Em uma sociedade que historicamente insiste em invisibilizar a mulher preta e pobre, Carolina Maria de Jesus (2014) um dia afirmou que “a maior superação nesse mundo é ser amável.” Uma das formas de amar é ver. É ouvir sinceramente o que temos a dizer.

Nesta perspectiva, nasce o Coletivo Semeando Sorrisos. Um projeto que começa em 2011 com um trabalho de atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social em Queimados/RJ e fortalece suas ações durante as enchentes que assolaram a Baixada Fluminense, em 2013. As atividades, na perspectiva do autocuidado, eram: maquiagem, cabelo, turbantes, tranças, roda de terapia comunitária integrativa, bazar solidário, dentre outras. Era preciso dar uma salto e, aliadas ao conceito de “pedagogia engajada” de bell hooks (2017), formamos uma parceria com algumas instituições e passamos a organizar rodas de conversas mensais. Nosso objetivo inicial era analisar criticamente a situação de múltiplas violências que nós mulheres vivemos na cidade, buscando perceber como a experiência compartilhada entre elas “trabalhava para explicar a mágoa e fazê-la ir embora” (Lucinda, 2016), transformando lágrimas em ações de impacto no território.

---

<sup>1</sup> A escritora usava bell hooks em minúsculo como forma de enfatizar, segundo ela, a escrita e não a pessoa, a “substância de seus livros, não quem eu sou”.

Imagem por: Veronica Cunha



Assim, como muitas mulheres ainda não eram alfabetizadas e tantas outras estavam em processo de letramento literário, formou-se uma turma de Educação de Jovens e Adultos no bairro São Roque, na Igreja do Evangelho Quadrangular, e o que seria inicialmente uma atividade da turma sobre o conceito de escrevivência de Conceição Evaristo (2019), tomou uma dimensão tão significativa, configurando-se em um encontro mensal de estudo.

Nestes encontros, fomos apresentadas à literatura de autoria de mulheres negras. Também discutíamos empoderamento, cidadania, afroafetos, territorialidade, antirracismo e outros. Toda a movimentação abriu uma reflexão sobre o quanto seria importante que os textos dessas mulheres fossem publicados. Desta maneira, como pedagoga voluntária do Coletivo e neta de Dona Irene (uma lavadeira respeitada na cidade), lancei-me ao desafio de reunir os escritos, convocá-las e organizar uma coletânea chamada Mulheres do Ler (Cunha, 2020). O projeto integrou não só as mulheres das oficinas, mas agregou vozes potentes da cidade que devido à sua atuação e trajetória em diversos espaços formativos, como escolas, igrejas, universidades, terreiros, empregadas domésticas, contadoras de histórias, dentre outros, já tinham um fio pra entrelaçar nessa tessitura.

A ideia se fortaleceu de uma forma tão incrível, que muitas mulheres tiveram seus livros autorais, publicaram artigos sobre o trabalho, apresentaram seminários e iniciaram, em meio ao isolamento social, um movimento de rodas de conversas online, objetivando propor um diálogo sobre a importância da escrita feminina e o fortalecimento das ações em rede. Uma delas nos levou à XXI Bienal Internacional do Livro no Rio de Janeiro em 2021. Reescrevendo aquele espaço elitista e branco com os nossos corpos-textos. Aquele espaço nunca mais será o mesmo. É isso que acontece quando uma mulher preta se movimenta (Davis, 2018).



Imagem por: Veronica Cunha

Aprendemos que é através do pronunciamento que os homens vão existindo e nutrindo a sua humanidade. Cada vez que o ser humano se pronuncia no mundo, modifica-o. Os sujeitos, fora da relação de dominação, falam a sua palavra, comprometem-se com a sua causa e isso é um ato de coragem (Freire, 1996).

Carolina Maria de Jesus (2014) um dia disse que não gostava do mundo como ele era e que iria transformá-lo. Nós também não gostamos.



Modificá-lo tem sido o nosso desafio. Fazendo perguntas, pesquisando, lendo, ainda que a asfixia social seja uma barreira cotidiana para quem nasce mulher, preta e pobre (Carneiro, 2020).

Somos mulheres e não nos limitamos para caber nos padrões impostos pela sociedade. As ações construídas coletivamente mostram que, a medida que temos a nossa autoestima fortalecida, podemos fazer muito mais por nós mesmas e pela nossa comunidade. A integração dessas mulheres foi fundamental para que pudéssemos passar por este momento pandêmico terrível. A arte literária tecida foi o agasalho que a alma recebeu em dias frios de desesperança. As Mulheres do Ler se transformaram num coletivo potente que se reuniu virtualmente nos anos de 2020 e 2021. O grupo efetivamente compreendeu o engajamento. Foram 2 anos onde pudemos ressignificar aquilo que realmente nos alimentava. Precisamos de arte, cultura e literatura.

Os lançamentos das publicações (volumes 1 e 2) também foram marcos na história de cada integrante. As escrituras de todas e de cada poesia reverberava e tirava meninas-mulheres dos quartos de despejo da vida. É preciso que ouçamos o que as mulheres têm a dizer. O diálogo entre as autoras Carolina Marta de Jesus, Conceição Evaristo e bell hooks permitiu que fosse criado um incômodo. A provocação para uma educação literária que saia dos moldes da casa-grande. Não desejamos mais uma história silenciada, um não dito.

Dia 30 de abril foi o Dia da Baixada e o terceiro volume do livro Mulheres do Ler foi lançado. É uma edição especial sob o tema: “Amar é um ato de coragem”, inspirado no livro Tudo sobre o Amor de bell hooks. É a primeira vez que o Coletivo recebe um incentivo da Lei Aldir Blanc de incentivo à cultura. A obra reúne cerca de 70 mulheres da Baixada Fluminense, do Rio de Janeiro, de outros estados do Brasil e até da Suíça, onde hoje reside a artista plástica queimadense Yones Malacrida.

É um orgulho mostrarmos que o nosso território tem muito mais que carências. Ele tem potências! O que faltam são oportunidades. Essas mulheres redesenham coletivamente o conceito de pedagogia da teia e, neste movimento lindo, vamos sendo Mulheres do Ler, do fazer e do que quisermos ser (Cunha, 2021).

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Carneiro, Sueli. Escritos de uma vida. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

Cunha, Veronica (Org.). Mulheres do Ler. Rio de Janeiro: Conexão 7, 2020.

Cunha, Veronica. Dos Jardins da Fiocruz aos corredores de uma escola pública na Baixada Fluminense: repensando os conceitos de educação e trabalho na Educação de Jovens e Adultos em Queimados. Rio de Janeiro: Editora Conexão 7, 2021.

Davis, Angela. A liberdade é uma luta constante. São Paulo: Boitempo, 2018.  
Evaristo, Conceição. Olhos d'água. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2019.

Freire, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Hooks, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. 2ª edição. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

Jesus, Carolina Maria de. Quarto de Despejo: diário de uma favelada. 10ª ed. São Paulo: Ática, 2014.

Lucinda, Elisa. Vozes guardadas. 1ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2016.

**ESPECIAL: VIOLÊNCIA  
POLICIAL, DIREITOS  
HUMANOS E DIREITO  
À MEMÓRIA**

# ATO POR MEMÓRIA E JUSTIÇA EM PARACAMBI: 1 ANO DA CHACINA DO JACAREZINHO

por **Diogo Pimentel**, Estudante de Ensino Médio/Técnico Integrado em Eletrotécnica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - Campus Paracambi (IFRJ/CPAR) e Diretor Geral do Jornal INFORMA CPAR

Revisão de texto: **Maria Fernanda Cardoso**, Estudante de Ensino Médio/Técnico Integrado em Mecânica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - Campus Paracambi (IFRJ/CPAR) e Redatora do Jornal INFORMA CPAR

No dia 06 de maio de 2021, uma quinta-feira, ocorreu a Chacina do Jacarezinho, quando uma operação da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ) ocasionou a morte de 28 pessoas. Passado um ano da Chacina, familiares dos mortos, movimentos e organizações da sociedade continuam reivindicando justiça. Dentre esses movimentos está um pequeno grupo de estudantes e servidores(as) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - Campus Paracambi, que realizou de forma independente da instituição, na sexta-feira 06 de maio de 2022, um ato por memória e justiça pelas vidas perdidas na Chacina.

O coletivo compreendia que essas mortes se deram de maneira totalmente arbitrária e injusta por ação direta das forças policiais em uma operação que violava abertamente a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635. A ADPF 635, estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), proíbe ou ao menos restringe as operações policiais em favelas no Estado do Rio de Janeiro durante a pandemia.

O ato por memória e justiça ocorreu diante das escadas de acesso ao IFRJ (Campus Paracambi) e à Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro (FAETERJ-Paracambi) e se deu em dois momentos, um pela manhã e outro na parte da tarde, aproveitando os horários de intervalo escolar. Em forma de rito, os(as) participantes se distribuíram em um semicírculo e evocaram os nomes dos mortos na chacina, informando também suas idades. Numa alternância que explicitava o contraste entre as vidas perdidas e os direitos previstos em leis e decretos, os(as) participantes leram também trechos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948) e da Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, que foi assinada pelo Brasil em 06 de maio de 1952. A cada nome ou direito proclamado, um toque grave de caixa conduzido pela professora de música Camilla Moraes da Silva marcava o tempo.



Foto por: Diogo Pimentel

Dentre os trechos recitados estavam o Artigo 10º da **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, que diz que *“Toda pessoa tem direito, em plena igualdade, a uma audiência justa e pública por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir sobre seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.”* e a definição de genocídio presente na **Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, que entende por genocídio** *“qualquer dos seguintes atos, cometidos com a intenção de destruir no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, como tal:*

**a)** matar membros do grupo; **b)** causar lesão grave à integridade física ou mental de membros do grupo; **c)** submeter intencionalmente o grupo a condição de existência capazes de ocasionar-lhe a destruição física total ou parcial; **d)** adotar medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio de grupo; **e)** efetuar a transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo.”



Estudantes do IFRJ/CPAr durante o ato do 06/05/2022 Foto por: Diogo Pimentel

O relato do público que estava próximo ao local no momento do ato revela que o mesmo foi impactante e necessário. Era com sentimento de revolta e tristeza que os(as) participantes proclamavam o nome dos mortos, dentre eles, o nome que mais alto gritaram foi o de Caio da Silva Figueiredo. Caio, que era um morador querido pela comunidade de Paracambi, conhecido por muitos, inclusive estudantes do campus, também por ser irmão de uma ex aluna (Mariana Figueiredo), completaria 17 anos dia 31 de maio (e agora já estaria com 18) se não tivesse sua vida interrompida pela violência. Recentemente, ao saber que o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MP-RJ) arquivou as investigações das mortes sob a alegação de falta de provas, a família de Caio, dos demais mortos e todos que acompanham o caso acabaram tomados por profunda indignação. Foram divulgadas imagens que mostram policiais destruindo o memorial dos mortos criado por familiares e movimentos sociais na favela do Jacarezinho. Esperamos sinceramente que essas

injustiças sejam reparadas e que o poder público pare de agir contra o povo. Abaixo, incluímos alguns depoimentos de estudantes e servidores que participaram dos atos:

**Depoimento: Ana Vitória de Souza Conceição, 17, estudante do Ensino Médio/Técnico Integrado em Mecânica no IFRJ/CPar**

“Completo-se um ano da trágica chacina do Jacarezinho, do massacre que ocorreu em 6 de maio de 2021, 28 pessoas mortas por conta da violência policial, famílias desoladas choram sua perda e o ato-memória citou o nome de cada um jovem morto. Foi muito forte e significativo participar, é importante dizer que quando esses casos de violência acontecem, a tentativa de apagamento se dá até mesmo pela lembrança, nos noticiários os jovens assassinados viram números, enquanto seus entes próximos gritam seu nome. É importante denunciar o racismo presente nessa operação que nem podia ter acontecido, diariamente vemos a violação e a falta de garantia dos direitos civis da população periférica.”

**Depoimento: Thayêne Ignácio de Oliveira, 17, estudante do Ensino Médio/Técnico Integrado em Mecânica no IFRJ/CPar**

“Participar do ato em memória às vítimas da chacina do Jacarezinho foi de extrema importância para mostrar resistência e luta contra as operações em favelas, que só resultam na morte de pessoas pretas e pobres, e prejudica todos os moradores de comunidades, que não podem ir para o seu trabalho, para a escola, e, ainda quando ficam em casa, são atingidos por bala perdida, que, na verdade, já tem direção e endereço: corpos pretos e pobres. As vítimas tiveram os seus direitos violados, suas vidas covardemente ceifadas, e hoje suas famílias sofrem com a falta dos mesmos. A luta contra as operações em favelas precisa continuar.”

## **Depoimento: Adriana Werneck Russo Muniz, 44, Técnica em Assuntos Educacionais do IFRJ/Cpar**

“Vinte e oito nomes próprios. Palavras, encarnadas em nossas vozes, vibravam no espaço-limite entre a morte (produzida) e a luta (inventada). Nomes próprios, citados um a um, ocupavam um espaço de passagens. Entre a escadaria e o bosque, bloqueavam o trânsito-fluxo corrente (de carros, chegadas e partidas) ao mesmo tempo que produziam fluxos (de indignação, luto e ressonância).  
Experiência-limite - daquelas que não deveriam ser necessárias.  
Experiência-limite - daquelas que nos são impostas como luta pelas existências.”

## **Depoimento: Rodrigo de Moura e Cunha, 44, professor de História e coordenador do Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas do IFRJ/CPar**

“O que é um ato de memória? Ato político por excelência. Esforço comemorativo. Do verbo comemorar. Verbo que não se confunde com qualquer gesto celebrativo de evento ou feito passado. Co-memorar é - como a etimologia nos ensina - tão somente, lembrar junto. E quase sempre, o dever de memória que mobiliza os sujeitos no presente refere-se a um passado sensível, doloroso e traumático. Esse esforço coletivo de lembrança equivale ao compromisso das gerações do presente e do futuro em prol do “nunca mais”. Dever de memória que se ergue em oposição a violência do tempo que joga os seres humanos para uma segunda morte: o esquecimento. Lembramos juntos por justiça e reparação. Lembramos juntos para suportar a dor de injustiças passadas. O direito à verdade, o direito à justiça e o direito à memória caminham juntos.

O massacre do Jacarezinho ocorreu em 6 de maio de 2021. 28 pessoas morreram numa ação planejada e executada por agentes armados à serviço do estado do Rio de Janeiro. A ação mais letal da história da capital fluminense. O memorial construído na comunidade



do Jacarezinho para lembrar a chacina e servir como direito à memória para as famílias que perderam seus filhos foi destruído por agentes da mesma força policial. Não basta matar o corpo, é preciso também matar a memória. Contra essa segunda chacina nos levantamos e resistimos. Resistência para não deixar esquecer. Resistência para o “nunca mais”.

**Depoimento: Pedro F. Grabois, 34, professor de Filosofia e coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do IFRJ/CParacambi**

“Acredito que toda a dor e sofrimento causados aos familiares e amigos dos que foram executados pela polícia, bem como a perda dessas vidas, são fatos que deveriam comover a sociedade como um todo. O sistema de justiça criminal e a política de “guerra às drogas” precisam acabar, pois são efetivamente a continuação do genocídio antinegro promovido pelo Estado brasileiro contra sua própria população. Dizer os nomes, chorar os mortos, chamar a atenção da sociedade, se solidarizar com os familiares e amigos dos que morreram, questionar a atuação das autoridades, tudo isso é fundamental. Embora aqueles que partiram não vão mais voltar, precisamos seguir lutando e falando das mortes para tentar garantir vida para a população. Enquanto servidor público, cidadão e educador, acredito que precisamos discutir publicamente o sentido de uma política de segurança que se pretende pública e que está matando uma parte da população em nome da defesa da sociedade.”

**Depoimento: João Pedro F. Costa, 18, estudante do Ensino Médio/Técnico Integrado em Mecânica no IFRJ/Cpar**

“Conheci Caio [da Silva Figueiredo] geralmente como amigos de nosso gênero se conhecem: jogando bola. Na época eu tinha apenas 14 e Caio algo próximo. Não éramos melhores amigos, mas devido à ansia que eu tinha em ir para a praça brincar, jogar bola, nos víamos com frequência. Caio era um cara engraçado, não só pelas piadas que fazia, mas também pelo seu jeito. Tinha o apelido de “Pisca Pisca”, pois tinha

um tique de piscar os olhos com frequência. Isso não parecia incomodá-lo. Enfim, os anos seguiram e acabamos nos distanciando, afinal, devido aos estudos, eu já não ia à rua com a mesma frequência. Aos 16 para 17 anos passei a sair, mas com outras finalidades... Nessa época o movimento do funk e da valorização da favela aumentou, com isso, passei a frequentar o Jacarezinho, assim como o Caio. Eu continuava a frequentar o Jacarezinho, mas Caio ia para lá com mais frequência, durante um tempo ficou até sumido da pista. Logo também descobri que Caio tinha feito um amigo, ex-estudante do IFRJ CPar e morador de Paracambi que tinha parentes no Jacarezinho. Então a convivência de Caio com o Jaca se tornou mais íntima, nos últimos meses já não via Caio pela rua, mas devido à pandemia considerei isso normal. Mas enquanto dava aulas particulares, um de meus alunos chegou triste e perguntei o porquê de ele estar daquela forma. Ele contou que “o Digalo morreu”. Eu lhe disse “meus pêsames”, mas sinceramente não conhecia Caio por esse nome, e só depois de um tempo de desabafo de meu aluno que entendi que se tratava do Caio. Fiquei triste e todos nossos amigos em comum também. Caio era um garoto comum, que queria uma boa vida. Não o julgo. O retrato que fica para mim dele não é de “bandido” ou “usuário”, como parte da sociedade infelizmente o vê, e sim de amigo. Se todos, de fato, pagassem a conta da guerra às drogas não sobraria pedra sobre pedra na Zona Sul. Caio não era e não deve ser tratado diferente de qualquer outro adolescente.”



Estudantes do IFRJ/CPar durante o ato do 06/05/2022 Foto por: Diogo Pimentel

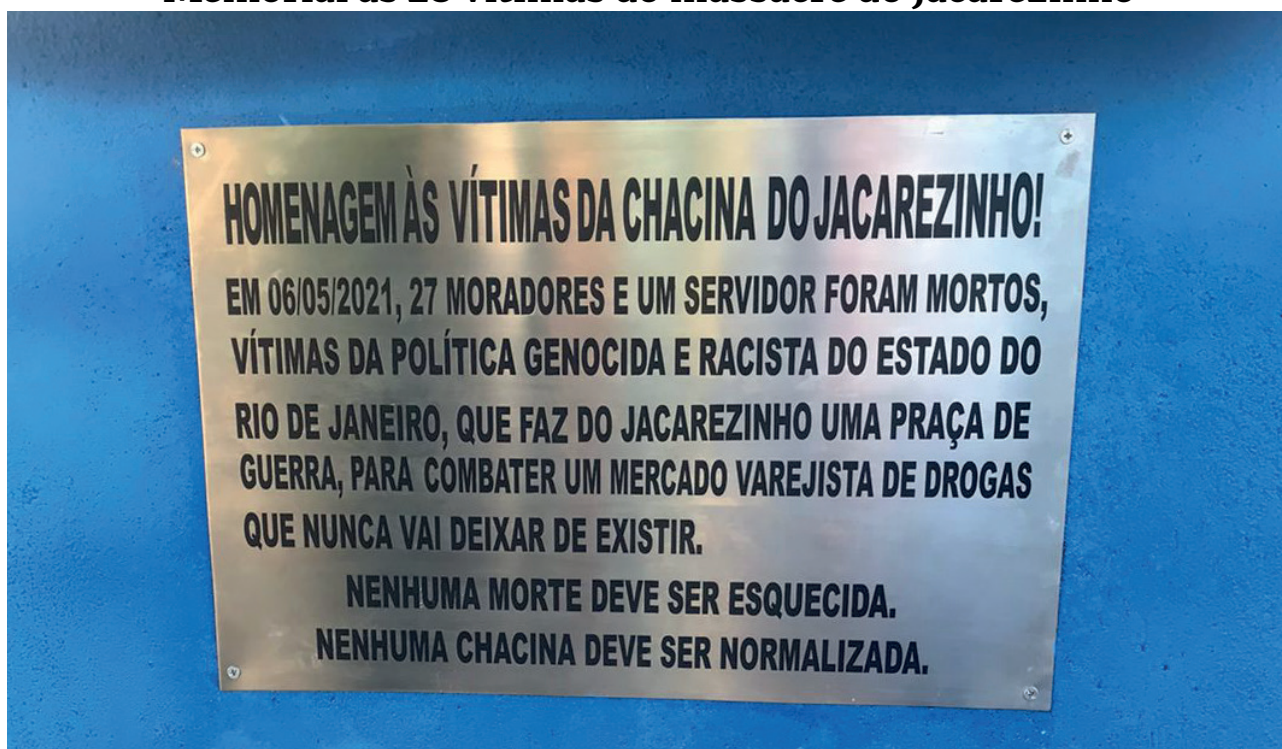
# ÀS MÃES FOI NEGADO ATÉ O DIREITO À MEMÓRIA

**Heitor Silva** é professor, economista e doutor em Planejamento Urbano pela UFRJ.

**Djefferson Amadeus** é membro do projeto de Promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis em Centros Urbanos da Cooperação Social da Fiocruz

No dia 11 de maio de 2022, foi destruído o memorial em homenagem aos 28 mortos na chacina realizada pelos agentes policiais há um ano, no Jacarezinho, em 6 de maio de 2021.

## Memorial às 28 vítimas do massacre do Jacarezinho



Crédito: Djeff Amadeus, de seu celular, no dia do memorial

A destruição do memorial ocorreu mesmo durante a decisão do STF na ADPF 635, conhecida como das Favelas, que estabeleceu limites às operações policiais. Como é sabido, o STF, acolhendo demanda dos

movimentos sociais, determinou que o Governo do Estado do Rio de Janeiro apresentasse ao Supremo Tribunal Federal, em no máximo 90 dias, um plano destinado a conter a letalidade das operações policiais e controlar violações de direitos humanos pelas forças de segurança.

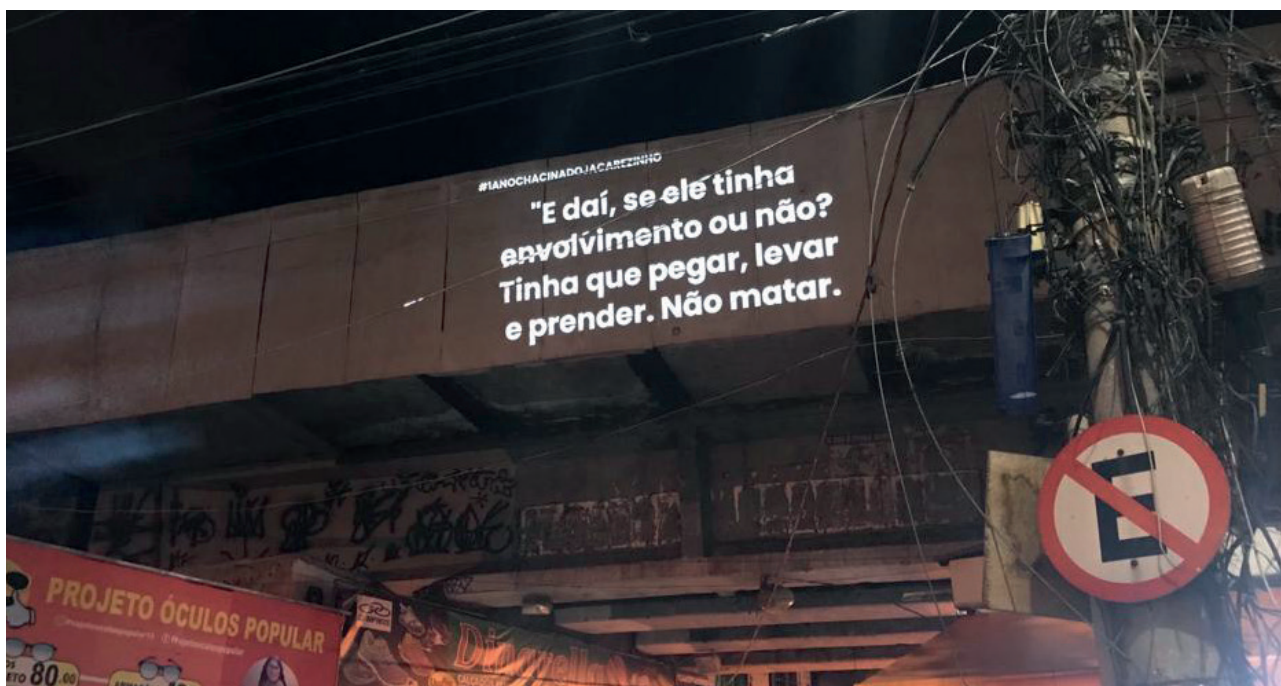
Atendendo à determinação do STF, o Governo do Estado do Rio de Janeiro editou o Decreto 480002 de Março de 2022. No entanto, por não atender as determinações contidas na ADPF das favelas, os movimentos sociais pediram que o Supremo Tribunal Federal desconsiderasse o plano apresentado pelo Governo do Rio, por ser um plano genérico, curto e, principalmente, por ter sido construído sem nenhum tipo de diálogo com a sociedade civil.

Este pleito ainda aguarda julgamento. A fim de trazer dados que possam balizar a decisão do STF, o Instituto de Defesa da População Negra juntamente com outros coletivos e movimentos sociais lançou o observatório Cidade Integrada. visa resguardar e fazer valer os direitos coletivos dos moradores da comunidade durante a execução desse projeto do governo. Além de ser um canal de denúncia de eventuais violações de direitos individuais, de domicílio, violações físicas, executados por esses agentes do Estado que estão no território”, explica o coordenador executivo do IDPN, Joel Luiz Costa.

Ainda segundo Joel Luiz Costa, “Nosso objetivo não é a responsabilização do tenente A ou sargento B, o policial é um instrumento menor na execução de uma política de poder e controle que é muito maior que ele. Nós queremos reforçar que esse tipo de ação, enquanto estratégia de segurança pública, além de ser um fracasso, é um projeto violento e violador com toda uma comunidade”.

**Alguns dirão que o memorial era um acinte porque os mortos eram todos traficantes**

Projektor do Observatório Cidade Integrada colocado na entrada do Jacarezinho, à noite Crédito: Djeff Amadeus



Mais importante do que as respostas são as perguntas, porque são estas que determinam as respostas. Com isso queremos dizer o seguinte: perguntar se as pessoas tinham ou não anotações criminais, é colocar o debate num lugar equivocado com a intenção de justificar barbaridades.

Em termos comparativos, é como perguntar se a mulher estuprada estava de saia, roupa curta e etc. Esse tipo de pergunta não deve ser feita. Por quê? Porque só se presta a tentar legitimar a barbárie.

A lei estabelece as formas em que a polícia pode agir em legítima defesa pessoal ou de terceiros. Aqui um dos pontos pelos quais o debate deve partir. Mas, diante de tantas pessoas mortas, é impossível, mesmo para quem não estava lá na ocasião, acreditar que uma operação que matou 28 pessoas em uma manhã, teria localizado, estabelecido confronto e todos reagiram a abordagem policial. Nenhuma polícia do mundo tem este grau de acerto.

---

<sup>2</sup> <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/02/14/instituto-lanca-observatorio-cidade-integrada-no-jacarezinho.ghtml>

<sup>3</sup> <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/02/14/instituto-lanca-observatorio-cidade-integrada-no-jacarezinho.ghtml>

## Foto tirada de um drone em cima do Jacarezinho

texto escrito no chão, na rua do pistão, por moradores e movimentos sociais



Crédito: Djeff Amadeus

## Outros episódios de destruição da memória de massacres

Amílcar Cabral diz que todo ato de resistência é um ato de cultura. Isto, a toda evidência, explica essa estratégia autoritária de destruir memórias. Assim, também em maio, mas no ano de 1989, foi destruído o monumento aos três operários mortos pelo Exército na invasão da CSN em greve. Canudos foi um arraial formado por pobres sem terras em torno da liderança mística de Antônio Conselheiro que rechaçou incredivelmente três expedições militares e só sucumbiu em outubro de 1897 à quarta, composta por um exército de mais de 4.000 homens, com canhões e metralhadoras, vindos de todos os Estados do Brasil. Por volta de 1910 Canudos ressurgiu, construída sobre as ruínas da anterior. No início dos anos 50 o Governo brasileiro construiu uma represa que a cobriu por inteiro. Isso fica claro no depoimento de Yamilson Mendes, conhecedor de Canudos e bisneto de uma sobrevivente da guerra:

*“Nem o fogo nem a água conseguiram apagar nossa história. Minha bisavó,*

*que visitou o cemitério pouco antes de ficar submerso para sempre, dizia que seus mortos iam morrer duas vezes.”<sup>4</sup>*

## **Igreja em Canudos destruída a tiros de canhões havia sido construída pelos sem-terra**

Os três atos mostram que os séculos passam, mas as forças de segurança continuam orientadas a negar o direito a memória seja de sem-terras, operários ou moradores de favelas, em síntese dos mais pobres.

### **Por que aos trabalhadores é negado o direito à memória?**

A reflexão sobre a forma como as forças de segurança agem neste país mostra que a classe trabalhadora sempre foi vítima de um terrorismo de estado que visava atemorizar e deixar sem reação os trabalhadores, sendo assim um perigo para os que comandam o Brasil. Imaginem os sem terras do Brasil saberem que 35 mil deserdados da terra (população de Canudos, um pouco menor do que o Jacarezinho) resistiram com sucesso a três expedições militares. Imaginem os operários saberem que nem uma ocupação militar com assassinato de operários dobrou o movimento sindical na CSN. Imaginem os jovens do Jacarezinho saberem que em um dia de fúria a polícia matou 28 e que o massacre foi interrompido pela atuação de líderes comunitários. São estes exemplos que aqueles que mantêm nosso povo amordaçado não podem aceitar.

É papel de todos aqueles que querem construir um Brasil para os brasileiros, e não para meia dúzia de magnatas, lembrar estes fatos e suas implicações, mas lembrar não basta, se faz necessário organizar a indignação do nosso povo.

---

<sup>4</sup> Fonte: El País. Canudos, a cidade do fim do mundo. 04/02/2017.  
(Link: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/04/politica/1486239968\\_195098.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/04/politica/1486239968_195098.html)).

## Da inconstitucional tentativa de criminalização dos organizadores

Como se não bastasse a “nova chacina” praticada pelo Estado, com a demolição e destruição do memorial construído, as organizações e movimentos sociais correm o risco de serem criminalizadas por conta de o Governador entender que o memorial constituía uma “apologia ao tráfico”, conforme declarações dada publicamente por ele.

Importante registrar que até o presente momento, mesmo após seguidas tentativas, ainda não foi dado aos movimentos sociais acesso ao procedimento investigatório. Diante deste fato, os movimentos sociais organizados estão se mobilizando para que o direito à memória e liberdade de expressão sejam assegurados. Numa estrutura capitalista o judiciário é um estabilizador das expectativas do mercado, razão pela qual sabemos que não é desse lugar que a verdadeira emancipação advirá. Mas isso não significa que o judiciário não deva ser acionado estrategicamente. Pelo contrário. Por isso os movimentos sociais acionarão o poder judiciário. Assim que a petição for protocolada, traremos aqui, no Radar Covid-19 Favela, os desdobramentos dos pedidos com a esperança que o Supremo Tribunal Federal apure todas as responsabilidades.



# A MORTE OFERECE CARONA

**Samuel Lourenço Filho**, ex presidiário, autor de livros, poetas e gestor público formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ.



Autor: Bruno Morais

Entre a tragédia e a farsa, temos a repetição de algum acontecimento como um ponto comum. Depois da tragédia, acontece a farsa e sem que a gente perceba, surge a tática. Esta sim, é a ação repetida algumas vezes, de maneira parecida, nos conduzindo para eventual normalidade. Até que somos surpreendidos por algo que choca nossa emoção e faz com que o assunto seja debatido de diversos ângulos. O caso Genivaldo, homem morto por asfixia, dentro de uma viatura policial, não foi uma tragédia e não foi uma farsa. O assassinato daquele homem, a luz do dia, na presença de outras pessoas, é uma tática sórdida de um Estado que captura cidadãos e decide se o mesmo merece viver ou não.

A violência que Genivaldo sofreu, dentro de uma viatura policial, que resultou em morte, não foi uso excessivo da força e merece atenção pela forma reiterada que ela se aplica em territórios de favelas. Os

carros oficiais a serviço da polícia, apelidados de “Veraneio Vascaína”, “camburões” e “caveirões”, sempre fazem incursões em favelas com a funcionalidade de um tribunal móvel de inquisição: capturam, torturam, interrogam, e em muitos casos, matam o cidadão morador de favela. Moradores de favelas correm de viaturas, não por eventual dívida: “correu por estar devendo”, as pessoas correm pois sabem que vão sofrer tortura, abordagem violenta e outros tipos de violência.

Genivaldo foi assassinado numa rodovia, a luz de muitas pessoas, possibilitando inclusive a filmagem. Infelizmente, não é a realidade nos becos, vielas e ruas das favelas e dos morros, onde “o filho chora e a mãe não vê” e a Justiça se faz de cega. Dentro das favelas, cidadãos são torturados dentro das viaturas, dos caveirões e são obrigados a falar o que sabem e o que não sabem para fugir das agressões que podem resultar em morte. Viatura é um automóvel, que a polícia faz uso para torturar e matar pessoas dentro de favelas, e tudo isso sob a justificativa de combater o crime, mesmo que seja por meio da criminalidade escondida dentro do carro policial, durante uma simples e rotineira ronda ou o chamado patrulhamento ostensivo.

Quando jovem, através da televisão, acompanhei o emblemático sequestro do “ônibus 174”. O ocorrido foi transformado em filme, e sem perceber estávamos diante de uma tragédia em que a arte imitou a vida. Um jovem sequestrou um ônibus, desafiou as autoridades policiais, aterrorizou os passageiros sequestrados, revelou o despreparo da polícia e morreu asfixiado dentro de uma viatura policial, como aconteceu recentemente. No fim o ocorrido foi interpretado como uma tragédia, como um excesso, ação por impulso ou forte comoção. O assassinato do Sandro, que foi asfixiado durante o trajeto até a sede policial, foi visto como um fim trágico, e não como um crime dissimulado.

Um jovem negro, exposto pelos telejornais como sequestrador, como um ser humano monstruoso, sádico e incontrolável; logo foi

categorizado como bandido, e, conseqüentemente, alvo perfeito de uma tática sórdida, feita para decretar a aniquilação de sujeitos indesejáveis. Sandro foi executado, dentro de uma propriedade do estado, sob escolta de agentes públicos. Sandro morreu, mas sua condição de subcidadão fez com que seu assassinato fosse visto como uma tragédia ou algo que se justificasse em seu fim. E não era. Tortura que tem a morte como resultado, não é excesso ou tragédia, é uma tática, prática recorrente e algo que antecede o caso Genivaldo ou o caso Sandro. É uma prática de Estado.

Depois de muito tempo, a cena de um corpo negro arrastado por uma viatura policial circulou o Brasil e o mundo. Cláudia foi arrastada pelo camburão da polícia e, ferida, morreu enquanto era cuidada por quem deveria lhe oferecer proteção. Um corpo negro arrastado numa via pública. Poderia ser um bandido arrastado, então, mais uma vez, não como tragédia e, sim com certa desfarsatez. Um corpo foi desprezado enquanto padecia durante a tutela do poder público. Cláudia foi assassinada, e não cabe desdobramentos.

Quando á bendita viatura não produz morte, provocada por servidores públicos que a conduzem ela provoca traumas, deixa sequelas e faz adoecer quase todos àqueles que por eventual circunstância são transportados dentro dela. O camburão, faz com que o termo por si só, provoque uma agonia claustrofóbica. Andar de camburão é ter a infeliz certeza de que a parte possível no transporte é a caçapa.

Já vi carro policial, modelo compacto, servir como transporte de pessoas presas. Lembro quando a Polícia Militar do Rio de Janeiro tinha viaturas no modelo “Gol Bolinha”, que eram carros sem mala, e que paradoxalmente possuía um pequeno espaço na traseira do veículo denominado como mala. O compartimento servia como alojamento de preso. Ser lançado na mala do Gol Bolinha era um rito de terror, de tortura e de sofrimento. Geralmente quem anda na mala do carro é catego-

rizado como bandido, e tal tratamento é pouco questionado. Culpado ou inocente, ser transportado na mala da viatura produz sensações insuportáveis, escrevo por experiência própria. Já fui transportado por viaturas policiais, muitas vezes, e sei a agonia que é. Já desmaei, já vomitei, transpirava gelo, perdia o ar, ficava tonto e outras coisas mais. Estava na condição de homem preso, então todo castigo pra bandido é pouco. O “bandido” é o Genivaldo, e a Cláudia, pessoas trabalhadoras vítimas de táticas interpretadas como tragédias.

Os carros que transportam presos em todo país são iguais, não no modelo, e sim na estrutura e formato. Um caixote de ferro, que trafega sob o sol forte, por horas nas rodovias, avenidas e estradas das cidades e interiores. Aquele sol, incendeia aquela estrutura de ferro, duplicando o calor e fazendo da viatura um forno microondas. Em outros momentos, é um grande freezer, um congelador. É tortura submeter o preso a tais condições de deslocamento, por horas do dia. Durante a logística, a queima do diesel ou da gasolina, produz um cheiro de combustão que é inalado por todos os passageiros que estão na caçapa daquele carro. O transporte faz adoecer, tira a dignidade, afeta o raciocínio da pessoa, traumatiza os sobreviventes e desnorteia o caminhar de quem fica bastante tempo trancafiado.

Uma investigação do Ministério Público do Rio de Janeiro revelou um esquema de tortura e de sequestro praticados por policiais militares<sup>5</sup>. Fotos foram divulgadas e as imagens continham policiais fardados, dentro da viatura, acompanhados de uma pessoa presa, algemada, com o saco preto na cabeça. A asfixia que matou o Sandro, o Genivaldo, e outros mais não identificados, pode ser feita por uma bomba, um saco plástico ou até mesmo com a força do braço, de forma mecânica.

---

<sup>5</sup> <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/05/28/quase-todos-os-pms-dos-mercenarios-grupo-denunciado-pelo-mp-respondem-a-processos-por-crimes.ghtml>

O transporte que arrastou Cláudia, que ocultou o corpo do Amarildo, e que levou jovens para serem executados na mata do Sumaré, ainda está em circulação. São viaturas policiais, a serviço do estado. Viaturas que transportam milhares de presos, capturam indiciados e fazem a logística da população carcerária em movimentações judiciais ou administrativas. Enquanto escrevo lembro o sarcasmo de alguns ouvintes: “trabalhador anda amassado no transporte público”, “viatura não é uber” e “é só não fazer merda que não passa por isso”, “come-teu crime agora banca!”.

Se foi tragédia, eu não me lembro. Se foi farsa, eu não percebi. Escrevi tudo isso para expor um trauma do meu tempo de presidiário. Aquele ambiente de viatura policial faz a gente adoecer e ficar traumatizado, e não posso dizer que ainda bem que não morri com uma bomba de gás. Ano passado eu não morri, mas este ano posso morrer, afinal a carona da morte e da tortura está na pista, de caçamba aberta, sempre disposta a conduzir mais alguém, pois nunca foi tragédia ou farsa, sempre foi tática, foi crime, sempre foi desejo deliberado de matar.



Crédito: Djeff Amadeus, de seu celular, no dia do memorial da Chacina do Jacarézinho

# MEMÓRIAS DOS TERRITÓRIOS TERRITÓRIOS DE MEMÓRIAS

*“A LUTA PELA ELIMINAÇÃO DO RACISMO, DA INTOLERÂNCIA E DO RACISMO RELIGIOSO, DO SEXISMO, DA LESBOFOBIA E DA TRANSFOBIA E DE OUTRAS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO É DETERMINANTE PARA A PRESERVAÇÃO DA VIDA NEGRA E ESTE É O MAIOR LEGADO PARA AS FUTURAS GERAÇÕES”.*

Entrevista com **Sílvia de Mendonça** Por **Fábio Araújo**, Sociólogo, editor do Radar Covid-19 Favela

**Você poderia se apresentar e nos falar um pouco sobre a sua trajetória política?**

Sou Sílvia Mendonça. Nasci e vivo em Duque de Caxias, Baixada Fluminense. Sou formada em jornalismo e produção cultural e também sou atriz e professora. Minha trajetória tem laços diretos com a criação da primeira TV de rua do país, a TV Olho, na década de 1980. Integro o Movimento Negro Unificado (MNU), o Movimento de Mulheres Negras e fui uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores na minha região e do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM). Fui eleita conselheira duas vezes, pelo Fórum de Mulheres da Baixada Fluminense, para o CEDIM. Acompanhou a implantação da Maternidade Xerém e da Delegacia de Atendimento à Mulher (DEAM) de Duque de Caxias. Estive também envolvida nos movimentos contra esterilização em massa de mulheres, de mulheres em comunicação com o meio ambiente, de saúde, contra a violência doméstica contra a mulher e pela democratização dos meios de comunicação. Atuei em diversos movimentos e sigo na marcha pela vida do povo preto, contra o genocídio da juventude negra, o feminicídio



Arquivo Pessoal Sílvia de Mendonça

de mulheres, pelo desencarceramento de mulheres, majoritariamente negras, contra o racismo e a intolerância religiosa, por direitos humanos. Recentemente participei da organização dos Atos #EleNão, do Pa-rem de Nos Matar, e tenho participado ativamente das culturas populares urbanas periféricas, como os SLAMs, Rodas de Poesia, Cyphers, MCs, Hip Hop e rodas culturais.



Acervo Pessoal Sílvia de Mendonça

## O Movimento Negro Unificado acaba de realizar o seu 19º Congresso. Qual o legado político do movimento negro?

Às vésperas de completar 44 anos, é incontestável que o Movimento Negro Unificado (MNU) tem papel fundamental na formação de lideranças que lutam por igualdade racial no país, esse é um legado histórico. Passos importantes foram dados, exercendo protagonismo em identificar fundamentos sobre ser negro nesse país, apontar caminhos para que a população negra se capacitasse para que melhor lutasse por direitos. O Brasil foi o último país a abolir a escravidão, a extinguir o tráfico negreiro, foi o maior território escravista do Ocidente. E o resultado é um legado de uma política genocida, de desigualdades de acesso a bens e serviço e exclusão total dos espaços de poder. O MNU assume

lugar de denúncia e de proposição na defesa de que o governo brasileiro tem que assumir como política de Estado o processo de Reparação para o povo negro brasileiro, em razão das dívidas históricas, herança do Brasil Colônia e Império.

A Declaração de Durban coloca a urgência do acesso aos serviços públicos, assim com ações afirmativas em todos os territórios e comunidades negras. O maior legado que percebo do MNU é o de ampliar diálogos com a juventude e com as mulheres negras, em especial, que estão nas religiões de matriz africana e afro-brasileiras, nas comunidades e periferias, nas universidades, nos espaços de difusão cultural, nos equipamentos de formulação de políticas públicas, e outros, tendo como foco o empoderamento da nossa população para construirmos juntos políticas públicas, debater o racismo e suas variadas manifestações, como o preconceito e a discriminação racial. Olhemos para os Legislativos, Executivos e Jurídicos, para o setor privado e outros segmentos da sociedade civil e veremos nossa invisibilidade.

Ação afirmativa e atitude positiva são fundamentais para se ter equidade político, econômico e social. Não é possível mais a crescente concentração de renda nas mãos de poucos e milhões de negras e negros com seus corpos violados. A luta pela eliminação do racismo, da intolerância e do racismo religioso, do sexismo, da lesbofobia e da transfobia e de outras formas de discriminação é determinante para a preservação da vida negra e este é o maior legado para as futuras gerações.



Acervo Pessoal Sílvia de Mendonça



## **Qual sua avaliação sobre o atual cenário político brasileiro, às vésperas de uma eleição?**

O Brasil e as eleições de 2022 representam um dos cenários políticos mais dramáticos e sombrios vivenciados por nós, em especial a população negra, comunidade LGBTQI+, religiosos de Matriz Africana e Afro-brasileiras, moradores de favelas e das periferias, ativistas dos movimentos sociais e defensores de direitos humanos. Um cenário marcado por forças conservadoras e autoritárias que defendem o sentido das desigualdades e a retirada de direitos humanos fundamentais, desmontando o Estado de Direito Democrático e fortalecendo políticas de extermínio.

É preciso construir um projeto de país que dialogue com periferias e comunidades historicamente negras, especialmente a juventude negra; que dialogue com os povos indígenas, ambientalistas, com as culturas urbanas e periféricas, com as trabalhadoras, que são, majoritariamente, mães chefas das famílias. É fundamental acabar ou diminuir drasticamente a fome, mas também proporcionar o retorno ao trabalho e o acesso à renda e acesso a moradia. É um caminho indispensável que está nas vozes do povo preto e pobre. As outras questões não são menores, como a ambiental, população quilombola e indígena.

## **Qual a importância dessas eleições?**

Resgatar o Brasil de projetos políticos autoritários em curso, rever políticas que retiraram direitos, especialmente do povo negro e pobre. Mas quero focar em uma questão importante, o papel da mulher negra. A política precisa escurecer. Historicamente nós mulheres negras do Brasil, irmanadas com todas as outras mulheres, sempre estivemos em marcha; inspiradas no legado da nossa Ancestralidade inspiramos a construção e consolidação de marcos civilizatórios. Somos as que nos organizamos contra os mecanismos de exclusão numa sociedade que

insiste nos sistemas violentos de racismo. Mudar cenário nos espaços de poder é fundamental, necessário, e isso é possível. É preciso que a política partidária possibilite a oportunidade de ocuparmos esses espaços institucionais, negados historicamente às mulheres negras e as pessoas periféricas. No atual Congresso Nacional, apenas 17,8% são negros: 89 de 513 deputados e 17 de 81 senadores. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam para a subrepresentação, visto que 56,2% dos brasileiros são negros, o que, por sua vez, indica para a necessidade de mais candidaturas negras.

### **Que lugar é esse chamado genericamente de “Baixada Fluminenses? Quais são as possibilidades de participação popular na política local nessa região?**

Vivo numa região que não é diferente do Brasil. Em sua maioria composta por mulheres, com expressiva composição de mulheres, majoritariamente negras, chefas de famílias, a partir dos dados estatísticos. Somos nós a estar à frente das trincheiras das lutas pela liberdade do nosso povo. No passado, as nossas lutas eram menos violentas. Hoje, com a formação dos vários setores violentos que se institucionalizaram e determinam a política local, principalmente nos Executivos e Legislativos, a luta está acirrada e milhares de ativistas sofrem perseguições ou encontram-se em situações extremamente vulneráveis. Mas a luta pulsa, em várias frentes.

Uma região com 13 municípios que tem em Duque de Caxias o terceiro maior colégio eleitoral. Entre os 92 município do estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias ocupa o segundo lugar quanto ao PIB (primeiro é o Rio Janeiro, com uma extensão territorial maior e uma população com quase sete milhões de habitantes), com uma população que não chega a 900 mil habitantes, oitava economia do Brasil; o município sofre com a ausência de investimento que possa subir o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da população local. A Baixada Fluminense

tem uma marca de ausência dos campos populares e comprometidos com as lutas por direitos humanos nas suas várias instâncias de poder. Hoje, a sua maior unidade se dá no aspecto cultural. Alguns setores da sociedade civil organizada que assumem preponderância pública, que deveriam ser de combate a todas as formas de opressão, na luta pela organização do seu povo, acabam se aliando aos seus opressores, num território dominado por denominações religiosas que não dialogam com outras práticas de fé. Os quadros políticos eleitos, necessariamente, não representam as instituições e campos que fazem o enfretamento ao processo antidemocrático. Terra de ninguém, o povo se ausenta para reverter esse quadro. Uma região violenta, que inicialmente tinha relação com a questão fundiária, para em seguida ser utilizada como elemento de coação do aparato do Regime Militar. No processo de redemocratização “sofisticaram-se” para o ingresso nos poderes executivo e legislativo dos municípios. Aqui não é um dos lugares menos perigosos para se fazer política.



Acervo Pessoal Sílvia de Mendonça

Contudo, a Baixada Fluminense segue se organizando com diversos ativistas, com a academia, instituições jurídicas e aliados políticos partidários da esquerda na defesa da autonomia e resgate da história de uma região que assumiu protagonismo no cenário estadual e nacional nos vários atos de construção da nossa identidade e de formular propostas políticas populares que resgatem sua identidade de luta e transformação da realidade local pelo olhar dos munícipes acuados, que é bem maior do que o opressor.



## DEBATES

Imagem Arquivo Conselho Comunitário de Manguinhos

Na seção Debates, Silvia Baptista, mulher negra e pesquisadora militante, analisa o cenário de devastação social marcado pelas crises sanitária, política e econômica, que têm afetado a vida de trabalhadoras e trabalhadores brasileiros. Desde sua atuação na zona oeste do Rio de Janeiro, seu texto chama atenção para a necessidade de poder vivenciar o luto e organizar a esperança, sem perder de vista a origem das opressões que se abatem sobre a população pobre, preta e periférica. E também discute as possibilidades e desafios para a participação política dos pobres, negros e periféricos, no cenário eleitoral e para além dele.

No segundo texto da seção, o engenheiro ambiental e integrante do Conselho Comunitário de Manguinhos, Fábio Monteiro, analisa o Projeto de Lei n. 5684/10 que está tramitando na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. O PL trata da cobrança de uma tarifa social referente ao serviço de fornecimento de água e manutenção da rede de esgotamento sanitário. Que impactos a cobrança de uma tarifa social terá sobre o acesso dos moradores de favelas à água e ao tratamento de esgoto? Como debater acesso à água e ao tratamento de esgoto sem incluir os demais componentes do saneamento básico como os resíduos sólidos e as águas das chuvas?

# UM VOTO NA TERRA DO MEDO E DA DESINFORMAÇÃO

**Silvia Baptista** é mulher negra, pesquisadora militante e organizada na Coletiva Popular de Mulheres e Teia de Solidariedade da Zona Oeste do Rio.



Imagem retirada do site: <https://conteudo.sesc-rs.com.br/como-identificar-fake-news/>

O enfrentamento da única pandemia de nossa geração deixou um rastro de dor, luto e deformação das conquistas históricas de trabalhadoras e trabalhadores do Brasil. Foram 700.000 pessoas mortas por Covid-19. Especialistas avaliam que este número pode estar subestimado, porém, o número real divulgado encerra em si um terror suficiente para as famílias, comunidades, organizações e instituições impactadas pela morte em sua maioria evitável. É necessário viver o luto por essas vidas. O luto, porém, precisa de um interregno, de um tempo livre de novas ameaças. Até hoje esse intervalo não foi possível.

Todos os dias somos bombardeadas por essa tempestade perfeita: uma pandemia sob a regência da força política emersa das urnas em 2018. Agora completamos quatro anos de ação deliberada contra os povos originários, contra as mulheres, contra a população negra, povos de matriz africana e população Lgbtqia+, eleitos os inimigos do poder

sazonal que se diz governo. São também anos de ecocídio com desastres inomináveis quando vivemos já os efeitos das emergências climáticas.

Enquanto vivemos a necessidade de atuação coletiva à altura da pandemia e das emergências climáticas, todos os dias somos instadas a lutar contra uma nova emergência local ou nacional. Nosso luto é assim adiado. E ainda não sabemos os danos futuros por essa falta de espaço de vivência do luto. Por outro lado sabemos bem o que produzimos de mudanças para sobreviver esses anos ou para mitigar os danos físicos e mentais desta “tempestade perfeita”.

Assumimos uma postura de Cuidado Radical ao pontuar a defesa da alimentação livre de agrotóxicos para todas como principal determinante da saúde coletiva. Voltamos às ervas, aos saberes tradicionais, aos banhos, aromas, escalda-pés. Mesmo adeptas das benzeduras, participamos da criação da Escola de Reiki, prática experimentada coletivamente desde 2020. E não vemos o ‘reike-prática-branca’. Vemos a potencialidade de uma prática integrativa do SUS capaz de salvar vidas e psiquês, capaz de atender todas as mulheres, de todas as religiões, alcançando a maioria das mulheres pretas da periferia onde a benzedura não chega mas a ancestralidade traduz como imposição das mãos. No Reiki encontramos cura e respeito à transição da maioria das mulheres até que todas sejamos livres.

Bradamos, com Audre-Lorde, “Auto cuidado é revolução”. Posso afirmar que fomos eficientes no Cuidado Coletivo do ponto de vista comunitário e local. Fomos eficazes em nossa ação de base territorial. Não somos ingênuas, no entanto. Não há prática de cuidado coletivo ou de autocuidado que possa ignorar a origem das opressões que se abatem sobre a população preta, pobre e periférica.

Tenho repetido uma estória de autor e fonte desconhecida. Conta-se que um dia dois jovens estavam às margens de um rio turbulen-

to. Aparentemente uma forte tempestade tinha acometido a nascente e agora um turbilhão de água descia das montanhas próximas. De repente os rapazes avistaram uma criança descendo nas águas, se debatendo tentando se agarrar no que era possível. Não tiveram dúvidas. Pularam na água e juntos conseguiram salvar a criança. Só que, em seguida, veio outra criança e depois outra e outra. Até que um deles saiu correndo. Um rapaz, voluntário, ficou. Por um momento achou que o outro fugia à luta e interpelou o parceiro com violência até. Mas o rapaz que corria falou apressado: Vou rio acima verificar quem está jogando as crianças na água.

É o Capital a força que lança à morte as crianças, as pessoas indefesas. Temos que reconhecer a letalidade da forma neoliberal contemporâneo do capitalismo financeiro, ecocida e genocida. É possível afirmar que há muitas formas de lutar contra esse sistema-moedor-de-gente. Fazemos o melhor na periferia da periferia do Capital. Porém a escala de luta comunitária ou os jovens voluntariosos retirando vítimas das águas turbulentas, jamais será suficiente para aplacar a virulência do capital. Precisamos alcançar a escala nacional, continental, Nuestra América, e a escala mundial.

Há diversidade de práticas, ações, organizações na política multi-escalar necessária ao enfrentamento ao capital. Dentre elas, algumas pessoas e organizações defendem a não participação nas eleições burguesas. Eu respeito esse argumento. No entanto, advogo que participar das eleições é traçar metas de curto e médio prazos para mitigação de danos aos nossos iguais.

O Estado não é um inimigo monolítico, ou composto apenas da ultradireita que ascendeu ao poder em 2018 no Brasil. Por outro lado, se compõe de frações da classe dominante em luta entre si.

No movimento entre essas frações temos conquistado brechas na defesa da vida ao longo das décadas e séculos de nossas ancestrais.

Neste sentido, as eleições de 2022 têm cores preferenciais. São nossas as cores de nosso panteão verde-amarelo. E, se temos o sangue avermelhado, reivindicamos também essas cores em nossas bandeiras de luta.

A eleição que se avizinha tem também as cores do arco-íris da diversidade, dando um sentido amplo ao levante das oprimidas e dos oprimidos para assumir seu lugar de direito na condução dos interesses dos povos tradicionais e dos direitos da natureza.

Em que pese a importância da eleição majoritária, do novo presidente da república e dos senadores, um poder executivo alternativo à via autoritária em curso e favorável às trabalhadoras e trabalhadores, é indispensável colocar as cores da diversidade dos povos no Congresso Nacional. Eleger expressivamente uma bancada preta, indígena, LGBTQIA+, desde que esses corpos insurgentes empenhem a bandeira contra todas as opressões. Ou seja, não basta ser preta, tem que ser anticapitalista e defender o fim do binarismo de gênero ou de opção sexual que tem imposto morte nas periferias por homofobia.

Apesar desta meta estar bastante negritada e retinta, os caminhos a seguir para alcançar êxito eleitoral não estão evidentes. O segundo semestre nos reserva dúvidas imensas. E, relembro que a cabeça pensa onde o pé pisa. Meu corpo se desloca pela Zona Oeste do Rio de Janeiro, local de origem do poder que assumiu o mais alto posto do país.

A Zona Oeste é um lugar de potência. É um lugar que produz água potável, apesar do ecocídio, permitido pela falta de uma política urbana eficaz. Produz comida de verdade, tem agricultura urbana, agricultura quilombola, cultura popular de fôlego. Por outro lado tem um estigma por ser considerado território de “mi-mi-mi”, milico, milícia e mito. Este último no sentido contemporâneo da mentira, da mitomania.



Hoje posso dizer que a região é o império do medo epidêmico. Ele se alastra pela periferia em silêncio, no inaudito ou nas ameaças sussurradas que não permitem registro capaz de judiciliação. Nessa região impera uma prática histórica de (in)segurança pública. Se, por um lado, o Planalto reverbera contra a segurança das urnas, por outro, faz cortina de fumaça contra a nossa impossibilidade da população exercer nossa liberdade de expressão ou direito de ir e vir dentro da periferia.

A subjetividade do medo impede também a avaliação do que é risco, ameaças concretas e o ‘não saber’ governará nossa campanha eleitoral. O medo é um miasma, uma fantasmagoria que parece reger nossas relações políticas. Foi muito bem semeado e cultivado pela repressão midiática e estatal contra as manifestações em especial de 2013. Foi adubado pelos assassinatos, estupros corretivos, desaparecimentos forçados e jamais solucionados. E isso não brotou das urnas em 2018. É muito anterior. Houve um longo desenvolvimento das políticas e práticas de insegurança popular. Estamos presas nesta dimensão.

Outro aspecto desse ambiente adoecido e avesso à cidadania é o negacionismo e a desinformação. Durante os meses mais difíceis da pandemia a coletiva de mulheres onde me organizo, travou um enfrentamento diário contra as mentiras virais, como prefiro chamar ao fenômeno que recebe nome atraente de fake-news. Naqueles dias, porém, havia um elemento unificador, a pandemia, o propósito coletivo a favor das vacinas, do uso da máscara, pela ciência.

No período eleitoral aparece uma difusão de interesses, atores, vozes, veículos. Essa multiplicidade de atores não favorece o combate à desinformação. Creio que o espectro político alinhado na defesa da democracia, dos direitos sociais e da soberania popular, precisa tecer um núcleo aglutinador de narrativas, que consolide uma utopia de futura transformação radical da sociedade. Neste sentido criar um compromisso nas classes transformadoras que vá além das necessárias eleições de 2022. Tenhamos fé.

# TARIFA SOCIAL X SANEAMENTO INADEQUADO

**Como garantir direitos sem os mínimos direitos garantidos?**

**Fábio Monteiro.** Engenheiro Ambiental Sanitarista. Membro do Conselho Comunitário de Manguinhos.



## PROJETO DE LEI Nº 5684/2022

### EMENTA:

DISPÕE SOBRE A TARIFA SOCIAL REFERENTE AO SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E MANUTENÇÃO DA REDE DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

**Autor(es):** Deputado LUCINHA; LUIZ PAULO; ROSENVERG REIS

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### RESOLVE:

**Art. 1º** Fica instituída a tarifa social referente ao serviço de fornecimento de água e manutenção da rede de esgotamento sanitário no Estado do Rio de Janeiro.

**Art. 2º** Incluem-se nas determinações desta lei todas as prestadoras de serviço de água e esgotamento sanitário, públicas ou privadas, com atuação no Estado do Rio de Janeiro.

**Art. 3º** A tarifa social referente ao fornecimento de água será equivalente a 1% (um por cento) do valor do salário-mínimo vigente no país.

**Parágrafo único.** A tarifa social referente ao serviço de manutenção da rede de esgotamento sanitário será igual à estabelecida no *caput* deste artigo, sendo cobrada unicamente nos locais onde o serviço de coleta de esgoto é oferecido.

**Art. 4º** São beneficiários da tarifa social de água e esgotamento sanitário os habitantes de imóveis residenciais situados nas áreas consideradas de interesse social, definidas por cada município em sua extensão territorial e de acordo com o respectivo plano diretor de desenvolvimento urbano, devendo a respectiva circunscrição ser indicada com o maior detalhamento possível, para sua perfeita identificação.

**Art. 5º** Também estão incluídos entre os beneficiários da tarifa social estabelecida nesta lei os habitantes de:

I – favelas;

II – comunidades carentes;

III – conjuntos habitacionais destinados a moradores de baixa renda;

IV – conjuntos habitacionais construídos pelo Sistema Financeiro de Habitação para população com renda familiar até 3 (três) salários-mínimos.

Está tramitando na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro-ALERJ, um projeto de lei - PL nº 5684/2022, que dispõe “sobre a tarifa social referente ao serviço de fornecimento de água e manutenção da rede de esgotamento sanitário no estado do rio de janeiro”. Desde então, a Ouvidoria da Defensoria Pública tem realizado reuniões periódicas com a sociedade civil e representantes de instituições e projetos para debater a iniciativa. O PL pode ser acessado em sua íntegra através do link:

[http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus\\_notes/default.asp?id=144&url=L3NjcHJvMTkyMy5uc2YvMTA2MwY3NTlkOTdhNmIyND-gzMjU2NmVjMDAxOGQ4MzIvOGNiZmI5MmIoYjllOTE5MDAzMjU4O-DE1MDA1NTBlNWU/T3BlbkRvY3VtZW50](http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=144&url=L3NjcHJvMTkyMy5uc2YvMTA2MwY3NTlkOTdhNmIyND-gzMjU2NmVjMDAxOGQ4MzIvOGNiZmI5MmIoYjllOTE5MDAzMjU4O-DE1MDA1NTBlNWU/T3BlbkRvY3VtZW50)

Os debates trouxeram em questões ocorridas antes e durante a pandemia. Durante a pandemia de Covid-19, por exemplo, foram realizadas diversas denúncias de falta de abastecimento e qualidade da água distribuída pela CEDAE, principalmente em locais mais vulneráveis como as favelas do Rio de Janeiro. Essas ocorrências não surgiram somente neste período pandêmico, são demandas antigas, porém, quando ocorrem em um período de extrema vulnerabilidade financeira e social trazem transtornos ainda maiores, como no caso da favela do Greenville, no Complexo de Manguinhos que passou por semanas com a falta d'água, de acordo com relatos de moradores, recebidos pela página do Conselho Comunitário de Manguinhos.



na Varginha estamos sem água desde sexta feira passada, sabe me dizer se em outros lugares na comunidade está com essa falta de água

21 de mar às 15:56 · Visto — 21 de mar



Entendi muito obrigada , já 2 semanas sem água tendo que carregar balde muito difícil pra quem tem criança idoso e ainda moro no terceiro andar mas obrigada



Escreva uma



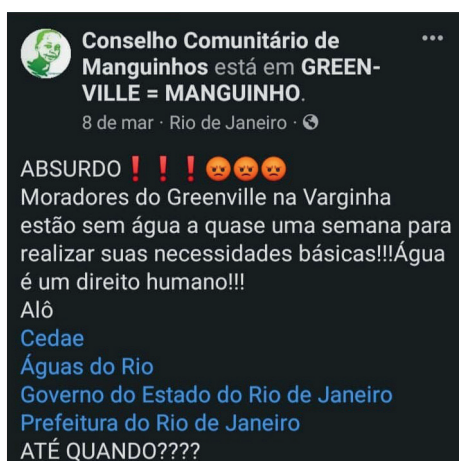
Bom dia

Ainda estamos sem água e ninguém faz nada pela gente

há 9 minutos

Imagens: Arquivo Conselho Comunitário de Manguinhos

Sem previsão de normalidade no abastecimento, moradores recorreram às lideranças comunitárias das associações de moradores, que por sua vez, fizeram todo o esforço possível para reverter a situação junto aos órgãos responsáveis e também ao Conselho Comunitário de Manguinhos para divulgarem e denunciarem o descaso. Como solução temporária, moradores improvisaram uma caixa d'água, literalmente no meio da rua Leopoldo Bulhões, para uso coletivo.



Imagens: Arquivo Conselho Comunitário de Manguinhos

É notório toda a boa intenção do PL da tarifa Social e das pessoas neste projeto envolvidas, contudo, diante das questões acima citadas, que são realidades não somente do Complexo de Manguinhos mas também de diversas favelas do RIO, enumero aqui alguns questionamentos que precisam ser respondidos e bem alinhados antes de aprovarem e a implementarem:

- 1) **como implementar uma tarifa social sem garantir antes que esta água chegue continuamente e com qualidade?**
- 2) **Como cobrar taxa de esgotamento sanitário sem sequer tratar o esgoto?**
- 3) **De que maneira este PL irá alcançar quem não tem sequer abastecimento de água nem esgoto?**

**4) Como fazer para, com a implementação da tarifa social, não fortalecer o argumento das prestadoras: “não pagou eu corto o serviço”?**

**5) Como debater abastecimento de água e tratamento de esgoto sem incluir os demais componentes do saneamento básico como a Coleta de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais, tendo em vista que estão relacionados entre si?**

Enfim, estas e muitas outras perguntas ainda precisam ser respondidas. Espero esperançosamente que do debate democrático e participação social, a construção horizontal vença e os direitos da população sejam garantidos, afinal, água é um direito, não mercadoria!

# MOBILIZAÇÕES



Foto por: Diogo Pimentel

Muitas são as dificuldades enfrentadas pela população mais vulnerável no enfrentamento do covid-19. Um delas tem sido a ausência, omissão ou insuficiência por parte do Estado em garantir políticas de proteção social e acesso aos cuidados adequados de saúde, principalmente, no tratamento dos grupos mais vulnerabilizados. Esta seção repercute mobilizações sociais de favelas e periferias pela garantia de direitos básicos.

Nesta edição, a jornalista Renata Dutra traz informações sobre a realização da Conferência Livre, Democrática e Popular, em torno do direito à saúde, que será realizada em Julho de 2022, em Bonsucesso, zona norte do Rio de Janeiro.

# CONFERÊNCIA LIVRE, DEMOCRÁTICA E POPULAR DE SAÚDE DA GRANDE LEOPOLDINA

**Renata Dutra**, jornalista do Portal Favelas.

No dia 16 Julho de 2022, acontecerá a I Conferência Livre, Democrática e Popular de Saúde da Grande Leopoldina, na Unisuam, Instituição de Ensino Superior localizada no bairro de Bonsucesso, zona norte do Rio de Janeiro.

O evento terá um dia inteiro de programação, com início às 8:30 e previsão de término para às 17:30.

A conferência é o resultado da convergência de dois movimentos: o primeiro, da articulação nacional da Frente Pela Vida que subscreve a pauta Saúde e Democracia; o segundo, de coletivos e organizações populares da região da Leopoldina denunciando e cobrando do poder público ações efetivas para a promoção da vida!

Deste modo, o evento se coloca como atividade preparatória da Etapa Nacional da Conferência Livre, Democrática e Popular de Saúde, e também, da Conferência Nacional de Saúde que ocorrerá em 2023. Dentre os diversos temas e assuntos, o debate será organizado em dois eixos: I. Sus participativo, descentralizado e gerido com base técnica e soberania popular; II. Políticas de Saúde para Grupos populacionais vulnerabilizados.



# EXPEDIENTE

## Elaboração

### Cooperação Social da Fiocruz

André Lima

Fábio Araújo

José Leonídio Madureira

### Ensp | Fiocruz

Roberta Gondim

### EPSJV | Fiocruz

Carlos Eduardo Batistella

## Coordenador Editorial

Fábio Araújo

## Colaboradores nesta edição

Adriana Werneck Russo Muniz

Ana Cristina

Ana Vitória de Souza Conceição

Carolina Vaz

Diogo Pimentel

Djefferson Amadeus

Fábio Araújo

Fábio Monteiro

Heitor Silva

João Pedro F. Costa

Maria Fernanda Cardoso

Pedro Grabois

Renata Dutra

Rodrigo de Moura e Cunha

Samuel Lourenço Filho

Silvia Baptista

Silvia de Mendonça

Thayêne Ignácio de Oliveira

Veronica Cunha

## Movimentos Sociais, Coletivos e Instituições

Movimentos Sociais, Coletivos e Instituições

Coletivo Semeando Sorrisos

Conselho Comunitário de Manguinhos

Jornal O Cidadão

Mulheres do Ler

Portal Favelas

Coletivo IFRJ – Campus Paracambi

Fórum de Pré-Vestibulares Populares do RJ

## Revisão

Fábio Araújo

Luiza Gomes Henriques

## Projeto Gráfico

Mariane Martins

## Diagramação

Paulo Roberto de Oliveira Ribeiro





Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz